



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA**  
**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**  
*Comitê de Tecnologia da Informação*

**ATA DA DÉCIMA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE  
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.**

Aos 11 (onze) dias do mês de maio do ano de dois mil e nove (2009), às nove horas e trinta minutos (9h30), na Sala de Licitações da Procuradoria-Geral de Justiça, reuniu-se ordinariamente o **Comitê de Tecnologia da Informação**, instituído pela INSTRUÇÃO NORMATIVA GPGJ nº 003/2007, de 1º de outubro de 2007, com sua nova composição, constante da Portaria nº 589/09, publicada no 2º caderno do Diário da Justiça do dia 16 de abril de 2009, pela qual foram designados os seguintes Membros para constituí-lo: **Procurador de Justiça Alcides Orlando de Moura Jansen - Coordenador, Secretário-Geral do Ministério Público Cláudio Antônio Cavalcanti, Promotor de Justiça-Corregedor João Geraldo Carneiro Barbosa**, como representante da Corregedoria-Geral do Ministério Público, **Promotor de Justiça Francisco Antônio de Sarmiento Vieira, Diretora de Planejamento Arlinda Maria Pimentel Rodrigues Leite, Diretora de Tecnologia da Informação Maria José Gomes de Oliveira, Chefe de Departamento de Suporte Técnico e de Rede Uirá Alencar Vasconcelos Silva de Assis, Chefe de Departamento de Desenvolvimento de Sistemas Jefferson Ferreira Barbosa e, Assessor de Informática Daniel Cavalcanti Lins Falcão**. A reunião foi coordenada pelo Procurador de Justiça Doutor Alcides Orlando de Moura Jansen, que abriu os trabalhos invocando a proteção de Deus. Na seqüência, Dr. Alcides informou aos presentes a ausência do Secretário-Geral Dr. Cláudio Antônio Cavalcante, em virtude de estar assistindo à Excelentíssima Procuradora-Geral em ato administrativo inadiável, bem ainda a impossibilidade de presença da Secretária do COMTI, a Diretora de Planejamento Dr<sup>a</sup>. Arlinda Maria Pimentel Rodrigues Leite, que se encontra em tratamento médico, sendo que sua substituta, Senhora Marlene Pereira, também não pode comparecer por problemas de saúde. Desta forma a Diretora de Tecnologia da Informação foi nomeada Secretária *ad hoc*. Iniciando os trabalhos o Dr. Alcides considerou esta data como histórica para o COMTI, tendo em vista sua nova composição. Em seguida deu boas vindas aos novos Membros, ressaltado a qualificação de cada um, ao tempo em que propôs voto de agradecimento ao Promotor de Justiça Dr. Gustavo Rodrigues Amorim pelos relevantes serviços prestados ao Comitê durante os últimos dezoito meses. Lamentou o afastamento do Dr. Gustavo, mas

disse compreender, pois este ocorrera por motivos de foro íntimo. A proposição foi aprovada unanimemente e deverá ser comunicada ao ex-membro pela Secretaria do COMTI, mediante ofício. Ainda com a palavra Dr. Alcides destacou a ilustre presença do Excelentíssimo Promotor de Justiça, Coordenador do 2º CAOP Dr. José Eulâmpio Duarte, exaltando sua brilhante atuação a frente daquele Órgão Ministerial, como também a presença do Técnico de Suporte, Wilkens Leno, lotado no 2º CAOP, informando que tais presenças se deram com o objetivo de apresentar ao COMTI, um anteprojeto para a realização de um *workshop* do *software* livre BrOffice, sob a liderança do Ministério Público. A seguir, Dr. Alcides submeteu a aprovação, a Ata da 18ª Reunião Ordinária do Comitê de Tecnologia da Informação do Ministério Público; aprovada, todos os membros presentes assinaram o referido documento e, como de praxe, o Dr. Alcides pediu que a Secretária do Comitê encaminhasse através de ofício uma cópia daquela peça à senhora Procuradora-Geral de Justiça. Ato contínuo, Dr. Alcides deu início a reunião concedendo a palavra ao Dr. Eulâmpio, que iniciou sua fala agradecendo as palavras de boas vindas do Coordenador do COMTI e ressaltando a satisfação de está participando da reunião. Na seqüência solicitou ao Técnico Lenon que apresentasse o anteprojeto. Com a palavra o Técnico Lenon, falou sobre a economia que representa a adoção de software livre aos cofres públicos, destacando que esta é da ordem de um terço do custo individual do equipamento, e que o anteprojeto proposto surge de uma comunhão de interesses entre o SERPRO, FIEP e Ministério Público em realizar parcerias com a troca de informações na área de tecnologia, objetivando mais precisamente difundir a importância do *software livre* na administração pública, como também nos segmentos da sociedade em geral. O Sr. Lenon também adiantou já ter tomado a iniciativa de fazer alguns contatos através da *web* com os órgãos citados, tendo obtido grande receptividade. Com a palavra, Dr. Alcides elogiou a iniciativa, ressaltando a importância para o Ministério Público em assumir o papel de incentivador e divulgador do software livre na Paraíba. Ponderou, apenas, que a data sugerida para realização do evento (19 de junho), estaria muito próxima; no entanto observou a necessidade de realização do evento em prazo razoável, compatível com a agenda da Senhora Procurador-Geral e disponibilidade do CEAF. Em seguida, com a palavra o Dr. João Geraldo elogiou a iniciativa do Dr. Eulâmpio pela abordagem da excelente idéia, ressaltando a importância do envolvimento do CEAF no processo. Com a palavra Dr. Antônio Sarmento inicialmente agradeceu sua indicação para compor o COMTI, declarando-se adepto e usuário do software livre, citando como exemplo, o Ubuntu e o BrOffice como ferramentas que já vem utilizando; disse então que via o Projeto como uma importante iniciativa, sugerindo que o Ministério Público invista no assunto. Fazendo uso da palavra, o Técnico Lenon, registrou ainda a realização nos dias 19, 20 e 21 na Estação Ciência da Capital, do 3º Encontro Estadual de Software Livre. Logo depois, o Dr. Alcides solicitou a Diretora de Tecnologia que se pronunciasse sobre a proposta apresentada. Com a palavra, a Diretora Maria José falou da importância do anteprojeto, o

qual considera como primeiro passo para uma mudança cultural em relação a conscientização do uso do software livre. Elogiou a iniciativa do Técnico Lenon em buscar soluções neste segmento de tecnologia, e ainda, comungando com os demais membros do COMTI, aderiu à idéia de que o evento seja realizado preferencialmente na atual Gestão. Informou a Diretora Maria José que a Instituição já vem adotando a política de *software livre* quando da aquisição dos últimos 600 equipamentos de informática, com a substituição da suíte de escritório Office pelo BrOffice, inclusive nos notebooks dos Gabinetes dos Procuradores e no das Promotorias de Justiça, com muito sucesso e grande economia. Fazendo uso da palavra, Dr. Alcides declarou que o Comitê aprova a idéia do Projeto, que só vem de encontro a uma intenção antiga do COMTI, quanto à montagem de um evento desse porte, para o que, inclusive, mantivera contatos com o Procurador de Justiça do Distrito Federal, Dr. Petrônio Calmon, grande conhecedor e incentivador do processo digital no Brasil e com técnicos do Tribunal de Justiça a respeito de uma apresentação do E-JUS. Após consulta às agendas, o Coordenador encaminhou sugestão de realização do evento no dia sete de agosto vindouro, recomendando a seguir que a Diretoria de Tecnologia da Informação emitisse parecer técnico conclusivo sobre os assuntos abordados no anteprojeto. Também propôs a inclusão no evento do tema sobre o Processo Virtual e o E-JUS pedindo que, após os ajustes técnicos do projeto, num prazo de oito dias, a Secretária do COMTI encaminhasse todas as sugestões a Senhora Procuradora-Geral, para conhecimento, deliberação e, em caso de aprovação, encaminhamento ao CEAF. Fazendo uso da palavra, o Dr. Eulâmpio agradeceu a deferência com que foi recepcionado, colocando-se a disposição para contribuir com a operacionalização do evento. Em seguida comunicou a necessidade de ausentar-se da reunião para tratar de outros assuntos. A seguir, Dr. Alcides dando seqüência à discussão dos demais temas do dia, passou a palavra ao Dr. João Geraldo que iniciou agradecendo o adiamento da reunião para esta data a seu pedido; registrou ainda a brilhante participação do Dr. Gustavo Amorim enquanto esteve no COMTI e expressou votos de boas vindas aos novos Membros do Comitê. O Dr. João Geraldo comentou, também, sobre leitura que fez das Atas anteriores parabenizando os membros pelas decisões e recomendações feitas neste Comitê, como também propôs um voto de aplauso ao Dr. Alcides pela Coordenação dos trabalhos do COMTI e por sua capacidade de contornar e solucionar problemas. Referido voto foi aprovado pelos demais membros presentes e o Dr. Alcides agradeceu a deferência, dizendo-se sensibilizado. Ainda fazendo uso da palavra, o Dr. João Geraldo apresentou propositura do Excelentíssimo Corregedor-Geral do Ministério Público, Procurador de Justiça, Doutor Paulo Barbosa para atualização, ampliação e divulgação de antiga publicação institucional contendo "Leis-Regimentos e Resoluções do MPPB", visando sua distribuição para cada Membro da Instituição; para tanto solicitou que o Comitê incumbisse a DITEC da gravação dos textos atualizados em mídia e publicação na Internet. Fazendo uso da palavra Dr. Alcides comentou que é muito

importante esta providência, uma vez que a versão atual está bastante desatualizada. Indicou, no entanto, ao Dr. João Geraldo, que antes se faz necessário elaborar o *esqueleto do livro* a fim de que sejam consolidadas as alterações/modificações e a DITEC saiba exatamente qual a legislação e quais os atos normativos que deverão constar do trabalho. Retomando a palavra, Dr. Alcides perguntou ao Chefe do Departamento de Desenvolvimento sobre o sistema de Recursos Humanos e sobre o Sistema Arquimedes. O Chefe Jefferson informou que o *Arquimedes* vem sendo implementado de acordo com o cronograma inicial, inclusive aproveitou a ocasião para elogiar o grupo *C.E.S.A.R* pela forma profissional com que executa os trabalhos; adiantou que até o próximo mês de junho o sistema estará implantado nos órgãos previstos, iniciando com a CAIMP e uma Promotoria com grande volume de trabalho, situada na grande João Pessoa. Quanto à implantação do sistema de Recursos Humanos, informou que a digitação das fichas dos Procuradores já está concluída, faltando apenas a revisão do trabalho. Em relação às fichas dos Promotores, disse que mesmo a equipe tendo sido aumentada em mais duas pessoas, a previsão de conclusão precisa ser redefinida. Discutido o assunto, ficou acertado que na próxima reunião do COMTI o Chefe do Deptº de Desenvolvimento apresentará um novo cronograma. A seguir Dr. Alcides questionou ao Chefe do Departamento de Suporte e Redes, Uirá Assis sobre o fato de que ainda não fora iniciada a implantação da Rede Wan, tendo este explicado que a Concessionária Oi apesar de ter instalado o link de 4 MB na Sede da Instituição, o que aumentou consideravelmente a banda de internet, não vem cumprido com os prazos para ativar o concentrador, equipamento que vai permitir a interligação da Sede com as demais Promotorias e que fora agendado anteriormente para 17/04/2009. O Chefe Uirá informou por oportuno que está para ser redefinido, em reunião no próximo dia 15 do corrente mês com Representantes da Empresa, o início dessa implantação. Retomando a palavra, Dr. Alcides realçou a importância de que este fato seja imediatamente levado ao conhecimento da Procuradora-Geral, para que sejam tomadas medidas mais severas em relação à Empresa contratada. Fazendo uso da palavra a Diretora Maria José, pediu para que fosse consignado que a administração da Rede de Internet do Ministério Público da Paraíba terá sua política de gerenciamento determinada pelo Procurador-Geral e centralizada no Departamento de Suporte e Redes da Diretoria de Tecnologia da Informação. Sequenciando, o Dr. Alcides indagou à Diretora Maria José sobre a tramitação dos processos relativos às solicitações da DITEC, ao que esta respondeu que os processos relativos a compra de *suprimentos, periféricos, estrutura física* para rede foram licitados, o referente ao *Banco de Dados Oracle*, teve que ser reiniciado, pois a licitação não obteve êxito, já a contratação de mão-de-obra para desenvolvimento de sistemas para área meio e implementação da equipe de desenvolvimento, encontra-se aguardando disponibilidade financeira. Quanto à compra de servidores, ativos de redes e computadores, os respectivos processos estão tramitando, encontrando-se em fase de cotação de preços. Finalizando a pauta de assuntos, Dr. Alcides

submeteu ao COMTI proposta de expedição de ofício à Procuradora-Geral recomendando que esta autorize a veiculação do link da DIAFU na Internet, disponibilizando a todos os cidadãos, a consulta à tramitação de processos encaminhados para os gabinetes dos Procuradores, tão logo haja a consolidação do sistema recentemente implantado na intranet pela DITEC. Não houve oposição à proposta. Nada mais havendo a tratar, o senhor Coordenador deu por encerrados os trabalhos, agendando a próxima reunião para o dia primeiro de junho do corrente ano, e Eu, \_\_\_\_\_, Secretária *ad hoc*, lavrei a presente Ata, que assino com os demais Membros do Comitê de Tecnologia da Informação do Ministério Público da Paraíba. Em João Pessoa aos 11 de maio de 2009.

**Alcides Orlando de Moura Jansen**  
Procurador de Justiça – Coordenador

**Cláudio Antônio Cavalcanti**  
Promotor de Justiça/Secretário-Geral

**João Geraldo Carneiro Barbosa**  
Promotor de Justiça Corregedor

**Francisco Antônio de Sarmiento Vieira**  
Promotor de Justiça

**Arlinda M<sup>a</sup> Pimentel R. Leite**  
Diretora de Planejamento - Secretária do COMTI

**Maria José Gomes de Oliveira**  
Diretora de Tecnologia da Informação

**Uirá Alencar Vasconcelos Silva de Assis**  
Chefe de Dept<sup>o</sup> de Suporte Técnico e de Rede

**Jefferson Ferreira Barbosa**  
Chefe de Dept<sup>o</sup> de Desenvolvimento de sistemas

**Daniel Cavalcanti Lins Falcão**  
Assessor de Informática